

PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO PARA A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pela unidade com a classe trabalhadora e o povo!

Belo Horizonte foi uma cidade planejada para a elite da época de sua fundação, dentro dos marcos da Avenida do Contorno. A ideia de sua fundação era burguesa, racista e anti-povo. Para isso, expulsou o povo negro e a classe trabalhadora que vivia na antiga Curral Del Rey. Assim, **o estado se impôs através da força e da violência**. Este processo de ataque ao povo e à classe trabalhadora que sustenta a cidade continua a se fazer presente em nossa capital.

Por isso, há um ano, a Unidade Popular apoiou e continua a apoiar a Ocupação Maria do Arraial, realizada no centro de BH pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), com o objetivo de garantir que o povo pobre tenha direito a morar dignamente no centro da cidade, lugar de onde nossos ancestrais foram expulsos. Esta é uma luta por memória, verdade, justiça e reparação.

Belo Horizonte viveu sob quase um século de gestões anti-povo. Este ciclo somente foi interrompido por um curto período com as gestões progressistas entre as décadas de 1990 e 2000, que desenvolveram vários avanços sociais. Vimos, ao longo destes últimos anos, o enfraquecimento dessas políticas e o surgimento e fortalecimento de alianças anti-populares que resultaram na entrega da prefeitura para a direita, a partir dos desastrosos governos de *Márcio Lacerda* e seus sucessores. Nesse período, o Brasil mudou e a **extrema direita fascista** passou a figurar no cenário político nacional e internacional, **tornando-se o inimigo central de nosso povo** e de nossa classe.

A história nos mostra que só é possível enfrentar o fascismo com um programa verdadeiramente de esquerda, que evidencie a raiz dos problemas sociais e se proponha a defender até às últimas consequências o avanço de nosso povo nas conquistas de seus direitos e necessidades históricas. Essas mudanças ocorreram a partir das lutas impulsionadas pela mobilização popular e, por isso, precisam ser defendidas abertamente também no processo eleitoral. **Não é momento de recuo do programa, mas de avanço**. O fascismo se enfrenta com trabalho de base, povo na rua, de cabeça erguida e bandeiras nas mãos.

No entanto, vimos, nos últimos meses que antecedem as eleições municipais de 2024, um debate rebaixado, onde o programa de esquerda

apresentado para derrotar a extrema direita ficou em segundo plano e somente foram considerados como possíveis candidatos à prefeitura aqueles que são deputados ou vereadores, desconsiderando o povo.

Deste modo, os critérios para definir uma "*unidade da esquerda*" passaram a ser as pesquisas e uma suposta experiência de gestão. Mas qual gestão verdadeiramente de esquerda pode ser feita sem enfrentar a máfia dos empresários do transporte coletivo? Sem um programa que enfrente a especulação imobiliária, que se proponha a desapropriar os prédios e demais imóveis no centro que não cumprem função social e destiná-los à moradia popular? Sem resgatar os programas de combate à fome, como os ABCs e hortas comunitárias? Sem criar frentes emergenciais de trabalho que gerem emprego e renda? Sem defender a desmilitarização da guarda municipal que viola sistematicamente nossa população?

É necessário um programa que enfrente a farra das mineradoras, que financiam candidatos para receberem benefícios públicos para garantir seu capital. É preciso um programa que enfrente a destruição das nossas serras e nascentes, em especial, a Serra do Curral.

Como se não bastasse tudo isso, ainda corremos o sério risco de sofrer falta de abastecimento de água. **É preciso enfrentar as mudanças climáticas e a destruição da natureza.** Temos de organizar a nossa cidade para um momento de emergência climática, caso contrário, repetiremos a tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul, onde os governos sabiam o que poderia acontecer e nada fizeram, portanto, são criminosos. Para se ter uma ideia, atualmente cerca de 390 mil pessoas vivem em áreas de risco em nossa cidade, segundo dados do governo federal.

Portanto, uma "*unidade*" que não esteja pautada na mobilização dos trabalhadores e na construção de um programa efetivamente de esquerda para Belo Horizonte não é capaz de ter foco no enfrentamento ao fascismo e na defesa dos nossos direitos. É preciso enfrentar as candidaturas que apoiaram a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023. Estas candidaturas defendem, na verdade, uma ditadura facista no Brasil e, por isso, não poderiam se candidatar, mas deveriam estar presas!

É justamente com o objetivo de derrotar esse inimigo central e apresentar aos beloizontinos um programa revolucionário e socialista que a Unidade Popular define sua candidatura à prefeitura de BH com **Índira Xavier**, mulher negra, mãe, trabalhadora e liderança feminista, e **Geraldo Neres**, trabalhador da MGS e sindicalista, como alternativa eleitoral ao nosso povo

trabalhador. Apresentaremos uma chapa de candidatos à câmara dos vereadores que representam nossas lutas e o nosso povo.

Esta é a candidatura que representa a luta do MLB, o movimento que construiu mais moradias que a própria prefeitura de Belo Horizonte, além de ser responsável pelo maior projeto de habitação popular no centro da cidade com as ocupações Carolina Maria de Jesus e Maria do Arraial. É a candidatura apoiada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario, que salvou vidas de milhares de mulheres em suas Casas de Referência da Mulher, ao contrário da atual prefeitura de Fuad Newman, que despejou a Casa da Mulher Trabalhadora Ednéia Ribeiro, um dos espaços de defesa e lutas das mulheres. É a candidatura da juventude que ocupou as ruas para a conquista do meio-passe e mais recente o passe livre estudantil e segue lutando para que seja amplo e ilimitado. É a candidatura dos trabalhadores que lutaram contra a privatização do metrô, entre outras lutas do mundo do trabalho. É a candidatura da juventude negra que enfrenta a violência policial da guarda municipal e da polícia militar, frente ao genocídio da juventude negra.

Assim, convocamos todos os movimentos sociais e populares, sem-teto, donas de casa, trabalhadores e trabalhadoras da cidade, estudantes, mulheres, população LGBTQIA+, população negra a **construir conosco essa candidatura**.

Sabemos que os desafios serão grandes: não temos tempo de TV e rádio, nem contaremos com bilhões do fundo eleitoral como os partidos da extrema direita. Isso reforça a necessidade de uma campanha olho no olho, cara a cara e de casa em casa, apresentando uma saída que impeça que a prefeitura de BH seja tomada por fascistas que querem aprofundar o domínio do capital financeiro e dos monopólios.

Vamos juntos organizar uma campanha com luta popular, ocupações, greves e mobilizações para **apresentar uma solução revolucionária** a caminho da construção do **poder popular e do socialismo**.

Confira as propostas da UP para a cidade de Belo Horizonte:

❖ TRABALHO E RENDA

1. Responsabilizar empresas pelo bem-estar do trabalhador;
2. Criar banco municipal;

3. Taxar grandes fortunas aplicando o imposto progressivo;
4. Garantir geração de emprego a partir das frentes emergenciais de trabalho — obras de infraestrutura, sobretudo nas periferias, de saneamento, calçamento de ruas, construção de postos de saúde, escolas, espaços de lazer e esporte, praças, etc., devem ser realizadas majoritariamente sem as grandes empreiteiras, com ampla mobilização de técnicos das universidades e do povo trabalhador. Estes projetos serão baseados em mutirões remunerados e trabalho comunitário, envolvendo as pessoas do próprio bairro ou região para resolver os problemas estruturais locais, diferenciando-se profundamente do trabalho precarizado e sem direitos;
5. Criar casas de passagem para pessoas em situação de rua à procura de emprego, para garantir que essas pessoas tenham condições de retornar ao mercado de trabalho;
6. Criar campanha regular da “tenda do trabalhador” pela cidade para tirar dúvidas sobre direitos trabalhistas;
7. Revisar os direitos trabalhistas e garantir ampliação para estagiários;
8. Publicação de novos editais para concursos em todas as áreas que forem necessárias;
9. Programa de especialização que contrate o funcionário e faça sua formação posteriormente;
10. Incentivar a participação da população nos conselhos regionais;
11. Criar política de priorização da população LGBTIA+ na procura de emprego;
12. Aumento de 100% do salário mínimo, seguindo o cálculo feito pelo DIEESE;
13. Fazer programa de hortas comunitárias nas escolas municipais de Belo Horizonte, priorizando a alimentação dos estudantes e a sobra a ser distribuída para a comunidade;
14. Realizar cadastro e atualização mensal de pessoas desempregadas e garantir a priorização da contratação das mesmas em toda obra executada pela prefeitura;
15. Taxação das grandes propriedades e grandes empresas, fazendo com que o ITBI, ISS e IPTU pesem mais para quem ganha mais — realizar uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos pelos mais ricos, desonere pequenas empresas e a população mais pobre, garantindo assim mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal;
16. Isenção de pagamento do IPTU para as famílias com renda per capita de até um salário mínimo, desonerando as famílias de baixa renda;

17. Realização de uma auditoria da dívida do município para eliminar a sangria desordenada de recursos públicos e melhorar a capacidade financeira do município para atender os interesses da população;
18. Cobrança rigorosa das dívidas ativas de impostos dos grandes bancos e empresas; Elaboração de um projeto de lei que, em última instância, retire o alvará dos sonegadores;
19. Garantia de aprovação de lei que destine 30% das vagas em concursos públicos municipais aos negros e indígenas do Brasil, com o objetivo de garantir acesso da população negra a postos públicos de trabalho;

❖ **POLÍTICAS HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO**

20. Aumento de 100% no auxílio-moradia;
21. Criar programa de combate à especulação imobiliária;
22. Criar controle dos preços de aluguel a nível municipal;
23. Auditoria das dívidas municipais dos prédios e lotes abandonados;
24. Aplicação de IPTU progressivo;
25. Desapropriação de prédios com dívidas que superem 50% de seu valor;
26. Destinação de áreas públicas para o fim de moradia - banco de imóveis dos três entes públicos em diálogo com a Prefeitura de BH;
27. Criação de um programa de moradia municipal no modelo entidades: construção conjunta e com autonomia para os movimentos e/ou entidades;
28. Criação de um programa de moradias com ênfase específica na população de rua;
29. Garantir, em todos os programas de moradia e de políticas de planejamento da cidade de Belo Horizonte, a acessibilidade para a diversidade das pessoas com deficiência;
30. Criação de um programa de incentivo à pequenas criações de hortas e plantios nos quintais e lotes de moradias;
31. Instituir uma política de Assessoria Técnica Popular para contribuir nas melhorias das moradias da população nas periferias;
32. A participação popular através dos conselhos nos bairros, como órgãos deliberativos, deve ser o norteador das políticas da prefeitura; Orçamento participativo com 100% do orçamento possível de ser manejado pela população;
33. Criar política pública de moradia através dos prédios vazios nos centros urbanos, iniciando um processo de desapropriação e

implementação de uma política de reforma para adaptá-los para moradia popular;

34. Na construção de novas moradias, priorizar a formação de comunidades ao invés de simples conjuntos habitacionais. Esta política deve abranger todas as pessoas em situação de rua, com ampla participação dos movimentos populares nesse novo plano habitacional;

❖ **TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA**

35. Garantir passe livre estudantil secundarista menos burocratizado e criar o passe livre estudantil universitário;
36. Congelamento imediato da tarifa do transporte;
37. Reestatização das empresas de transporte coletivo (metrô e ônibus);
38. Estudo sobre o melhor formato para aplicar a tarifa zero nos fins de semana na cidade e todos os dias para trabalhadores desempregados;
39. Ampliar os bairros atendidos pelos ônibus “amarelinhos”;
40. Pensar na redução da carga horária dos motoristas de ônibus e na volta, ou não, dos cobradores;
41. Unificação dos cartões do transporte coletivo, bem como garantir as integrações nas baldeações entre linhas e “tipos” de transporte, levando em consideração o horário;
42. Repensar a urbanização das trilhas dos pedestres de forma inteligente e orgânica;
43. Ampliar as linhas do metrô;
44. Melhor estruturação do sistema cicloviário: um conjunto de vias para ciclistas que atenda toda cidade e seja completamente integrado ao sistema de transporte público. Iniciar revitalizando as ciclovias já existentes. Ampliá-las construindo eixos centrais, tornando o sistema integral e com grande segurança.
45. Criar uma empresa pública de táxi;
46. Participação popular na criação de novas linhas de ônibus;

❖ **A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES**

47. Construção de mais creches e EMELs;
48. Ampliar o horário de atendimento das existentes para que os responsáveis possam escolher se vão deixar suas crianças em horário integral ou meio horário;

49. Criar política de assistência para o funcionamento de creches populares, como a Creche Tia Carminha na Ocupação Eliana Silva, para que as mesmas possam se consolidar como alternativas para auxiliar na independência financeira das mulheres periféricas e pobres;
50. Garantir auxílio-creche para usuárias;
51. Ampliação do centro especializado no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e violência de gênero, sendo no mínimo um por regional. Hoje existe apenas um que fica localizado na regional Centro-Sul;
52. Garantir o funcionamento do Projeto de Lei Morada Segura, de março de 2021 (aluguel social para mulheres em situação de violência - R\$ 500), bem como sua transparência;
53. Ampliar políticas habitacionais que envolvam a priorização de mulheres em situação de violência;
54. Criação do Auxílio Transporte Mulher (para mulheres em situação de violência);
55. Criar modelo de fiscalização mais rígida de empresas para garantir a equidade salarial de gênero;
56. Ampliação das unidades de saúde da família para melhorar a busca ativa e para um acompanhamento com mais qualidade de pessoas que necessitam dos serviços do SUS e SUAS;
57. Ampliar e melhorar a política de assistência ao idoso e PCDs;
58. Legalização do aborto na cidade;
59. Ampliar a política pública de criação de trabalho e renda que priorize mulheres em situação de violência de gênero;
60. Garantir aulas de educação sexual nas EMEl e escolas fundamentais;
61. Garantir debate sobre assédio sexual nas escolas municipais;
62. Criar campanha de conscientização sobre o uso de contraceptivos (regulamentação e implantação na prática), incluindo contracepção masculina;
63. Pensar em realidades que envolvam planejamento familiar que não seja impositivo às mulheres em situação de rua (não colocar DIU, laqueadura e outros processos sem conscientização da mulher);
64. Criar mais espaços para acolhimento e abrigamento de qualidade para mulheres em situação de violência (como a Casa Tina Martins) com direcionamento para a rede estadual;
65. Criar cursos de especialização para assistentes sociais aprofundarem conhecimentos sobre as políticas públicas voltadas às mulheres e a prática do atendimento humanizado e não revitimizador;

66. Criar licença paternidade em âmbito municipal;
67. Criar política de abortamento legal em âmbito municipal;
68. Criar capacitação de profissionais da saúde e de segurança que estão na linha de frente dos serviços de apoio às vítimas de violência sexual, tornando a participação obrigatória;
69. Revisar os retrocessos nos direitos trabalhistas para garantir uma vida digna para as mulheres;
70. Criar campanha de distribuição de absorventes em escolas municipais para garantir a dignidade menstrual para pessoas com útero;
71. Criar política de assistência estudantil para jovens mães;
72. Criar abrigos exclusivos para crianças e mulheres (em caso de saída da residência por causa de catástrofes climáticas);
73. Garantia de absorventes e dignidade menstrual para presidiárias;
74. Trazer para o âmbito social a responsabilidade do cuidado e da reprodução com medidas objetivas como: aumento da oferta de vagas em creches, expansão de restaurantes populares e construção de lavanderias públicas;
75. Ampliar centros de referência da mulher e Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica — CIAM, a fim de oferecer apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo que tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário;

❖ **MEIO AMBIENTE**

76. Tornar Belo Horizonte uma cidade livre da mineração
77. Construção de parques lineares ao longo do leito dos rios e gradativa descanalização dos mesmos, com reassentamento das famílias que se encontrarem nas áreas de inundação, fundo de vale e encostas em condições iguais ou superiores às que moram atualmente, conforme previsto no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001);
78. Política de replantio de árvores por toda a cidade, com a participação das escolas em projetos específicos e envolvimento de toda a população nas áreas gerais;
79. Despoluição de córregos e rios, com a universalização do sistema de saneamento da cidade;
80. Desmonopolização da política de tratamento dos resíduos sólidos, visando gradativamente universalizar a coleta seletiva, com grande incentivo às associações de catadores existentes e incentivo à criação de novas;

81. Garantia de infraestrutura de galpões, prensas, carrinhos, caminhões e demais instrumentos para coleta e gestão dos resíduos sólidos;
82. Implementar uma política de reassentamento das famílias que residem em encostas e fundos de vale, transformando esses espaços em parques e áreas de lazer e esporte;

❖ **POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE**

83. Fim do analfabetismo na cidade, promovendo o programa “Educação é um Direito Humano” — estimular iniciativas de educação através de um mapeamento por bairro, levando em conta o aprendizado dos atuais alfabetizadores e oferecendo bolsas extras para educadores e alunos. Com o objetivo de fortalecer o EJA e, junto disso, convocar estudantes universitários para realizar frentes de alfabetização nos bairros e favelas;
84. Estabelecimento de um novo modelo de educação que vise o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos alunos a partir de uma perspectiva do processo de ensino e aprendizagem da educação popular. Construir uma educação crítica que forme cidadãos conscientes e politicamente ativos;
85. Realização da conferência municipal de educação para promoção do empoderamento da comunidade escolar, de professores, técnicos e auxiliares educacionais, estudantes, pais e responsáveis, fazendo com que o investimento e ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;
86. Realização de concursos para garantir que todos os profissionais da educação sejam do quadro efetivo dos servidores públicos;
87. Pela implementação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em todas as escolas. Objetivo: contar a verdadeira história da cultura africana, afro-brasileira e indígena, fortalecendo a consciência e identidade racial da população brasileira;

❖ **POR UMA CULTURA POPULAR**

88. Estabelecer centros culturais populares em todas as regionais da cidade, com a gestão compartilhada entre o poder público e os movimentos sociais locais. Esses centros serão voltados para a promoção de atividades culturais, artísticas e educativas, acessíveis a todos os segmentos da população;

89. Reformar e expandir teatros, bibliotecas, museus e centros culturais existentes para garantir a inclusão de diferentes formas de expressão cultural e artística, bem como melhorar o acesso à população;
90. Criar espaços culturais itinerantes/móveis que possam ser deslocados para bairros periféricos e áreas de difícil acesso, garantindo que toda a cidade tenha acesso a atividades culturais de qualidade;
91. Estabelecer editais culturais, com o fundo municipal de cultura, que dê prioridade para projetos que seja criado, desenvolvido e envolvem a participação ativa da população dos bairros periféricos;
92. Implementar nos centros culturais programas de formação e capacitação em artes para jovens e adultos, com cursos gratuitos em diversas áreas artísticas, como música, teatro, dança, literatura e artes visuais;
93. Implementar nos centros culturais programa específico para garantir a inclusão e a participação de grupos historicamente marginalizados, como a população negra, indígena, LGBTIA+, pessoas com deficiência e migrantes, no cenário cultural da cidade;
94. Promover eventos culturais com entrada gratuita e a preços populares, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam participar e se beneficiar das atividades culturais.
95. Garantir que todos os espaços e eventos culturais sejam acessíveis para pessoas com deficiência, promovendo a inclusão através da adaptação de espaços e oferecimento de recursos como intérpretes de LIBRAS e audiodescrição;
96. Integrar atividades culturais em todas as escolas municipais, promovendo a educação cultural desde a infância e utilizando a arte como uma ferramenta para o desenvolvimento crítico e social dos jovens;
97. Estabelecer parcerias com movimentos sociais e organizações comunitárias para o desenvolvimento de projetos culturais que abordem questões sociais, políticas e econômicas, utilizando a arte como meio de conscientização e mobilização;
98. Promover a economia solidária no setor cultural, incentivando a criação de cooperativas culturais e empresas culturais de base comunitária, que promovam uma distribuição mais justa dos recursos e dos benefícios da cultura;
99. Usar recursos do fundo cultural municipal para investir na preservação e recuperação de patrimônio histórico e cultural da cidade, garantindo que os recursos culturais sejam preservados para

as futuras gerações e para o fortalecimento da identidade cultural da cidade;

100. Garantir ampla divulgação das reuniões do conselho municipal de Cultura para incentivar a participação de representantes de movimentos culturais, artistas e da sociedade civil, para assegurar que as políticas culturais sejam construídas de forma democrática e participativa;

❖ **ALIMENTAÇÃO E COMBATE À FOME**

101. Grande incentivo ao fortalecimento e desenvolvimento das hortas populares, fortalecimento da política de agroecologia e da agricultura familiar urbana e periurbana — criação de infraestrutura pela Prefeitura para escoamento da produção e estabelecimento de feiras populares permanentes, garantindo acesso equitativo à produção para toda a população;
102. Reativação das redes ABC para disponibilizar a produção agroecológica do município e da região metropolitana de Belo Horizonte;
103. Ampliação dos restaurantes populares para todas as regionais e áreas com maior concentração de pobreza. Aquisição de alimentos saudáveis junto à agricultura familiar;

❖ **SAÚDE**

104. Fortalecimento da atenção primária em saúde a partir das unidades básicas de saúde e das equipes de saúde da família — com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar e multiprofissional em articulação com outras políticas públicas essenciais na promoção de saúde;
105. Fim das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na saúde, incluindo fundações e organizações sociais;
106. Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) totalmente público e gratuito, com administração direta pelo Estado;
107. Realização de concursos para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo dos servidores públicos;
108. Fazer concurso municipal com o objetivo de eliminar o déficit de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e demais profissionais nos postos de saúde e no sistema de saúde como um

todo. Essa medida gerará emprego e aumentará a qualidade do serviço prestado à população;

109. Construção de um laboratório municipal de medicamentos com o objetivo de oferecer medicamentos de graça à população e enfrentar a ganância da indústria farmacêutica;
110. Criação de uma empresa municipal para produção de medicamentos para não depender dos monopólios da saúde;
111. Promoção da saúde da população negra; Garantir mais acesso e melhor tratamento da população negra à saúde pública, impedindo a discriminação racial e promovendo igualdade no acesso;

❖ **SEGURANÇA PÚBLICA**

112. Desmilitarização da Guarda Municipal — sua total reestruturação não deve ser baseada na política desastrosa da Polícia Militar. Ao invés disso, deve ser orientada para a criação de uma Guarda Civil com objetivo de atuar de forma comunitária, visando a defesa e proteção da população;
113. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças que fazem referência a racistas e fascistas. Garantir que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo;

❖ **DIREITOS HUMANOS**

114. Criação de Secretaria de Mulheres e combate à LGBTfobia para garantir que exista espaço institucional para ampliar as políticas públicas para mulheres e LGBTIA+;
115. Criação da Secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo. Objetivo: garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas sobre o tema;
116. Pela aprovação do Projeto de Lei que institui como feriado civil o dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra). Objetivo: garantir uma data nacional e unificada de memória da luta do povo negro no Brasil, em especial a vida e luta de Zumbi dos Palmares;
117. Garantir, através da Secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo, medidas contra a intolerância às religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda). Objetivo: garantir a efetividade da liberdade religiosa, o combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas;

118. Garantia de mais verbas para as políticas de combate ao racismo.
Objetivo: criar condições materiais para implementação de projetos e políticas de combate ao racismo;

★ **Poder Popular e Socialismo**

Lutamos por um novo sistema, por um novo modo de produção. Lutamos para que seja possível a felicidade e a solidariedade para a imensa maioria da população, sendo assim, lutamos pelo Socialismo.

O Socialismo trata-se de uma forma nova e superior de organização da sociedade, onde as terras, as fábricas, os bancos, as usinas, as grandes empresas, ou seja, os meios de produção, estejam sob controle total da classe trabalhadora e dos povos. Somente dessa forma é possível que nós, trabalhadores, camponeses e povos do campo, tenhamos o controle do poder político em nosso país e com isso, consigamos acabar com a exploração e opressão a qual hoje somos submetidos.

Sabemos que não será nas eleições municipais que poderemos conquistar o Socialismo. No entanto, aqueles que lutam por ele devem fazer sua propaganda de forma permanente. Neste sentido, devemos apresentar para a população a insuficiência de realizar as principais transformações sociais sem antes haver a derrubada efetiva do atual sistema, o Capitalismo.

Em palavras melhores, assim definia Lênin, grande líder da maior revolução da história, a Revolução Russa, sobre o que é o Socialismo: *“Queremos alcançar uma nova e melhor organização da sociedade: nesta sociedade nova e melhor não deve haver nem ricos nem pobres; todos devem participar no trabalho. Não deve ser um punhado de ricos, mas todos os trabalhadores, a gozar os frutos do trabalho comum. As máquinas e outros aperfeiçoamentos devem facilitar o trabalho de todos e não enriquecer uns poucos à custa de milhões e dezenas de milhões de pessoas. Esta sociedade nova e melhor chama-se sociedade socialista. A doutrina sobre ela chama-se socialismo.”*